

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.313.214 - RJ (2018/0146228-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MANUEL MORAIS BARREIRO
ADVOGADO : RODRIGO TEIXEIRA BELIGOLLI - RJ166759
AGRAVADO : UNIMED PETROPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADOS : ANTÔNIO SALVADOR BORGES DOS REIS MONIZ DE ARAGÃO E OUTRO(S) - RJ104909
TÂNIA MARQUES RAMOS ABARACON - RJ149604

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 346):

APELAÇÃO. Consumidor já aposentado que se beneficiava de plano de saúde coletivo empresarial que fora contratado por seu antigo empregador. Extinção superveniente do contrato. Oferta, pela operadora do plano, da contratação de plano individual, sem exigência de cumprimento de prazo de carência, mas com contraprestação em valor superior ao que era praticado no plano coletivo. Sentença que considerou abusiva a prática, condenando a operadora do plano a migrar o consumidor para plano individual nas mesmas condições do plano antigo, e a indenizá-lo por danos morais. Abusividade não verificada, tendo em vista que o que se exige da operadora do plano é que não imponha ao consumidor novo prazo de carência nessas circunstâncias, mas não que se abstenha de cobrar o valor regular de um plano individual. Inteligência da Resolução CONSU n. 19/1999. Precedente do STJ. Dano moral que não restou verificado, já que não houve prática abusiva ou falha na prestação do serviço. RECURSO PROVIDO.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Com relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que "*é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da*

admissibilidade do apelo nobre" (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial ante a incidência das Súmulas 5, 7 e 83 do STJ e, ainda, quanto à impugnação ao valor da indenização, sob o fundamento de que "a revisão do quantum indenizatório somente será realizada pelo Superior Tribunal se manifestamente desarrazoado, o que não ocorre neste feito" (e-STJ, fl. 399).

Em suas razões, a agravante limitou-se a defender a inaplicabilidade das Súmulas 7 e 83 do STJ, deixando de impugnar os fundamentos relativos à aplicação da Súmula 5 do STJ e da impossibilidade de revisão do valor da indenização no caso dos autos.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios (artigo 85, § 11, do CPC/2015) pela fixação anterior no patamar máximo permitido em lei.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

